



# ALÉM DA COR DA PELE: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL ACERCA DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

BEYOND SKIN COLOR: A PSYCHOSOCIAL ANALYSIS ABOUT THE FORMATION OF BLACK IDENTITY IN BRAZIL

Nilsilenis Barbosa Silva<sup>1</sup>  
Rosana Figueiredo Vieira<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo é um estudo sobre a formação da identidade negra no Brasil e dos fatores psicossociais e históricos que a influenciam, com o objetivo de compreender a importância das práticas de identidade afirmativas para o enfrentamento e superação do racismo estrutural. A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica de autores dedicados a produção de materiais relacionado ao tema. A formação da identidade negra no Brasil é influenciada por fatores que perpassam pelo racismo estrutural que, por vezes, se encontra velado, mas que contribui para que muitos negros e negras sejam inferiorizados nas várias esferas de suas vidas e com isso, muitas vezes, almejem um ideal de branqueamento e branquitude para serem vistos pela sociedade de forma positiva, o que gera um impacto na subjetividade negra e acaba por reforçar esse racismo velado. A afirmação da identidade negra positiva é um processo que parte da conscientização sobre a realidade de discriminação racial sofrida por esse grupo e também, da identificação com a história do povo afro-brasileiro e de sua cultura. Mas, mais que um processo de identificação, afirmar a identidade negra é assumir um conjunto de atitudes e um posicionamento político frente às desigualdades sociais geradas pelo regime escravocrata e a luta constante pelos direitos à liberdade de escolha, ao trabalho, ao estudo, ao respeito e a cidadania, e, sobretudo, à vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia; Identidade; Racismo; Identidade negra; Prática afirmativa.

**ABSTRACT:** This article is a study about the formation of black identity in Brazil and the psychosocial and historical factors that influence it to understand the importance of affirmative identity practices to face and overcome structural racism. The methodology used for the construction of this work was the bibliographical research of authors dedicated to the production of materials related to the theme. The formation of black identity in Brazil is influenced by factors that cross structural racism that is sometimes veiled, but which contributes to the fact that many blacks are inferior in the various spheres of their lives and have often desired an ideal of whiteness to be seen by society in a positive way, which has an impact on black subjectivity and ends up reinforcing this veiled racism. The affirmation of the positive black identity is a process that starts from the awareness about the reality of racial discrimination suffered by this group and also from the identification with the history of the Afro-Brazilian people and their culture. But instead of a process of identification, affirm that the black identity must assume a set of attitudes and political positioning in the face of the social inequalities generated by the slave system and the constant struggle for the right to freedom of choice, work, study, respect and citizenship and, above all, to live.

**KEYWORDS:** Psychology; Identity; Racism; Black identity; Affirmative Practice.

---

## 1 INTRODUÇÃO

É possível notar através da história que a luta empreendida pelo movimento negro na conquista de seus direitos, aos poucos, vem gerando resultados. As políticas de ações afirmativas como um ponto importante desses resultados, permitiu ao jovem negro o acesso à educação superior, o que se acredita ter contribuído para uma mudança de pensamento sobre sua

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. nilsilenis@gmail.com

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. rosanafv2005@yahoo.com.br

representação na sociedade brasileira. Segundo o jornal El País, a Pesquisa Nacional por Domicílio (PND), realizada pelo IBGE 2014 apontou que 45% dos brasileiros se declararam pardos e 8,6% se declaram negros, totalizando 53% de pessoas negras e pardas, enquanto que, 45,5% se autodeclararam brancos. Um avanço, se comparado aos dados da mesma pesquisa realizada em 2004, onde foi apontado que 51,2% se declararam brancos, 42% pardos e 5,9% negros. Diante dessa considerável mudança de posicionamento é possível questionar quais os fatores psicossociais estão implicados na autodeclaração, pensando que a identidade da pessoa negra acompanha a história e o contexto social da representação étnica-racial no Brasil.

Considera-se que tal fenômeno merece atenção da psicologia, por esta ser uma ciência que tem como objeto de estudo o sujeito, e que se propõe, além de outras coisas, estudar a relação interacional da subjetividade desse sujeito com o meio em que ele vive. Tendo em vista a herança histórica que o Brasil deixou acerca das ralações raciais, acredita-se que a dinâmica dessas relações impacta diretamente no processo de subjetivação, por isso, é importante que ela reconheça a existência do racismo como uma realidade presente na sociedade brasileira, pois a omissão dessa ciência em relação ao problema dificulta a atuação dos profissionais que devem trabalhar para evidenciar o sentimento de dor e os sofrimentos causados pela humilhação e subjugação da pessoa negra na sociedade. (SILVA, 2001)

Para Munanga (2003)

O que mais interessa às ciências do homem, a psicologia social incluída, são as atitudes e comportamento sociais desenvolvidos, cuja interiorização deixa marcas invisíveis no imaginário e nas representações coletivas, marcas essas que interferem nos processos de identificação individual e construção da identidade coletiva. (MUNANGA, 2003, p.11)

Concerne à psicologia também a noção de identidade como um processo psicossocial que implica a história de vida e o contexto social e histórico do sujeito. Pensando na construção da identidade negra em um contexto histórico racista, é um dos objetivos gerais deste artigo resgatar as raízes do racismo iniciado no Brasil colônia até o período de pós abolição da escravidão, posteriormente, os aspectos importantes sobre a construção da identidade na abordagem sócio histórica serão abordados a fim de compreender de que forma a construção da identidade do negro no Brasil foi atingida pelo processo histórico de escravidão e repressão, para enfim, compreender como as identidades afirmativas começaram a se expressar e seus impactos na representação do negro na sociedade.

A pesquisa foi realizada na perspectiva qualitativa, utilizando-se o método bibliográfico, que segundo Gil (2010), consiste em uma pesquisa com base em matérias que já foram

publicados. Ainda segundo o autor, a vantagem dessa pesquisa é permitir ao pesquisador uma visão abrangente dos fenômenos relacionados ao tema. Portanto, este artigo trata-se de um estudo sobre a formação da identidade negra no Brasil, cujo objetivo é compreender qual a importância das práticas afirmativas de identidade na superação do racismo estrutural na sociedade brasileira.

## 2 A ORIGEM SÓCIO-HISTÓRICA DO RACISMO NO BRASIL

Considera-se que a discriminação de povos no Brasil teve seu marco inicial com a chegada dos portugueses a uma terra habitada por um povo desconhecido que fora chamado de índio. Vale ressaltar que anos antes de Cabral chegar ao Brasil, Colombo já havia aportado no continente americano por engano, pois sua pretensão era chegar às Índias, achando que isso havia acontecido, denominou os nativos da nova terra de índios (FUNARI, 2000). No primeiro relato sobre a chegada dos colonizadores, Pero Vaz de Caminhas, escrivão da tropa de Pedro Álvares Cabral, descreveu os nativos ressaltando suas características físicas bem como o costume de andarem nus, hábito considerado estranho aos conquistadores (MUNANGA; GOMES, 2006). Segundo Quijano (2005), as diferenças fenóticas e culturais existente entre os dominadores e dominados foi codificada na ideia de raça, na qual há uma suposta diferença biológica que, naturalmente diz de uma posição de superioridade e inferioridade. O etnocentrismo europeu cristão, segundo Schaden (1952), fez com que os portugueses duvidassem, a princípio, da humanidade dos índios, tratando-os como bárbaros por serem pagãos e andarem nus, questionando-se se seria permitido batizá-los e prega-lhes a palavra de Deus. A relação que se estabeleceu a partir de então entre os recém-chegados e os nativos foi a de dominação, Quijano (2005), aponta que, a ideia de raça inferior e superior foi adotada pelos conquistadores como um elemento fundamental na constituição de uma relação de dominação (QUIJANO, 2005).

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. (QUIJANO, 2005, p.117).

Munanga e Gomes (2006) consideram que, embora o etnocentrismo esteja associado a diferenças de valores culturais e sociais, que são naturais na história da humanidade, quando

se excede esse sentimento partindo para a ideia de que, além de ser diferente culturalmente, o outro é inferior biologicamente, esse ato transforma-se em racismo.

Os índios foram tratados como inferiores desde o início, Carneiro (1995) aponta que os colonizadores trataram os indígenas como bárbaros, escravizando-os e tomando-lhes suas terras. Além disso, os portugueses espalharam a ideia de que os nativos eram preguiçosos, por terem um modo de vida diferente, criando uma visão preconceituosa que, segundo a autora, persistiu durante muitos anos.

Os portugueses retiraram todos os direitos dos índios sobre suas terras. Obrigados a trabalharem sem remuneração, os nativos tentaram resistir à escravidão, fugindo e se escondendo em terras que eram desconhecidas pelos colonizadores, quando isso acontecia eram caçados como animais por homens armados com fuzil, pólvora e cães de caça (MUNANGA; GOMES, 2006). Segundo os autores uma das consequências à resistência do povo indígena em ser escravizado foi sua massiva exterminação. Além de serem caçados e assassinados, os nativos também foram acometidos por doenças sexualmente transmissíveis, gripes e outras endemias trazidas pelos portugueses.

É importante salientar, que forma de violações como estupros eram comumente cometidos contra as mulheres indígenas e negras (CARNEIRO, 1995). Segundo Rial (2007), o estupro contra mulheres nesses contextos de guerra e dominação, pode ser visto como uma arma de guerra precisa cujo objetivo é apagar a linhagem natural, fazendo com que o povo dominado dê continuidade a linhagem dos dominadores através das mulheres estupradas, impondo, dessa forma, a superioridade e a hegemonia.

## **2.1 A vida das pessoas escravizadas**

Na metade do século XVI, às mortes por contaminação e os assassinatos ocasionaram a diminuição dos índios, o que motivou os colonizadores a buscarem por mão-de-obra escrava na África. Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006) o tráfico negreiro iniciou-se entre os séculos XV e XVI, sendo na metade do último século, um grande negócio nas margens do oceano Atlântico, deixando de ser apenas uma atividade marítima para se tornar a atividade mais lucrativa do Atlântico Sul.

Entre o século XVI e meados do XIX, foram transportados aproximadamente, mais 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanas, é importante ressaltar que muitos deles não sobreviveram ao processo violento de sequestro da África. A maioria deles, aproximadamente 4 milhões, desembarcaram nos portos brasileiros, devido a isso, nenhuma outra região do con-

tinente americano esteve tão ligada à África pelo tráfico negreiro (ALBURQUEQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), assim que chegaram ao Brasil, a maior parte dos africanos eram comprados por agentes de fazendeiros e levados para o interior. No Rio de Janeiro, os africanos eram redistribuídos para Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. As atividades atribuídas a eles eram as consideradas degradantes e rejeitadas pelos brancos, que por sua vez, dominavam as atividades intelectuais, bem como os cargos públicos, religiosos e militares.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), a relação entre escravos e senhores era regida pela dominação pessoal, assim os castigos físicos e as punições eram inerentes à escravidão. Valente (1994) ressalta que os castigos físicos serviam para legitimar a estrutura colonial escravista, pois mesmo conhecendo as tarefas designadas a eles, os escravos as realizavam sob os açoites do chicote. Ainda segundo a autora, a exploração e violência sexual eram comuns na relação entre senhores e mulheres escravas gerando uma prole de mestiços.

## 2.2 O racismo religioso

Durante séculos a Igreja católica foi o órgão superior e inquestionável, influenciando os princípios gerais europeus. Ela e o Estado defendiam a posição superior do homem branco lançando mão de leis e convenções que garantiam a eles os melhores cargos, títulos e outros privilégios (CARNEIRO, 1995). Segundo Carneiro (1995), a conduta da Igreja em caçar os judeus e novos cristãos se estendeu ao Brasil e com isso, negros, mestiços, cristãos-novos (judeus convertidos) e indígenas, foram impedidos de ocuparem cargos de confiança sob a alegação de que não comungavam da tradição católica, e, por isso eram seres impuros, cujo sangue encontrava-se manchado.

O termo *raça infecta* aparece constantemente nos documentos colônias atribuídos a esse grupo de pessoas. Segundo Carneiro (1995), a Igreja considerava que valores como dignidade e respeito eram passados hereditariamente, por isso, aquele que tinha interesse em ocupar algum cargo considerado de importância devia provar que em sua ascendência não havia nenhum negro, mestiço, índio ou judeu. Somente dessa forma seria considerado homem digno de confiança, bom, virtuoso, temente a Deus e honrado. A partir disso, segundo a autora, pode-se afirmar que até o final do século XVIII persistiu no Brasil uma discriminação de fundamentação teológica (CARNEIRO, 1995).

### 2.3. A Ciência e o racismo no século XIX

Em meados do século XIX junto aos pensamentos abolicionistas, iniciou-se uma preocupação com futuro do Brasil que, com efeito, se valeu das teorias científicas para prever esse futuro. No final do século XVIII, viu-se o estabelecimento de uma ideia que pregava as diferenças básicas entre os seres humanos e ia à contramão dos ideais humanistas herdados da Revolução Francesa, que naturalizavam a igualdade entre os seres humanos.

As teorias acerca das diferenças entre os humanos ganharam reforço com a inserção do termo raça na literatura, feito por George Cuvier no início do século XIX que introduziu um pensamento sobre a existência de heranças físicas permanentes, entendendo que cada pessoa possui características e valores morais que são passadas hereditariamente. A publicação da obra “A origem das espécies” de Charles Darwin em 1859, reforçou a ideia poligenista sobre a evolução da humanidade (RANGEL, 2015).

Em 1870, a mistura das raças passou a ser questionada, uma vez que, as raças humanas eram consideradas diversas e a hibridização deveria ser evitada (RANGEL, 2015). Alguns pensadores do darwinismo social consideraram a evolução social como algo negativo, pois os tipos inferiores seriam favorecidos e acabariam contribuindo para a degeneração física, mental e moral da humanidade, que estaria destinada ao desaparecimento (CARNEIRO, 1995). No Brasil, o médico Nina Rodrigues, acreditava que a miscigenação era um sinal da degeneração. Segundo Schawarcz (2012), ele valorizava as diferenças e não acreditava que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e civilização. Não acreditando na igualdade e no livre arbítrio, Nina (1894), utilizou da ideia de relatividade do crime, e a associou a imputabilidade das raças. Para ele, podia-se atribuir a certas raças a responsabilidade por um crime, pois considerava que, a predestinação ao crime era genética, logo, negros e mestiços, deveriam receber um tratamento jurídico diferente dos brancos que não deveriam ser culpabilizados, pois naturalmente, não carregavam em seu sangue a herança da criminalidade (VALENTE, 1994).

### 2.4 A abolição da escravidão e suas consequências

No século XIX, grande parte do mundo ocidental já havia condenado o trabalho escravo e a servidão (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Já na metade desse século, após a proibição do tráfico negreiro, em 1850, foi que se intensificou no Brasil o debate sobre a abolição da escravidão. Nessa época, os altos índices de mortalidade da população escrava e a

impossibilidade de renovação da mão de obra por meio do tráfico, fez com que a elite política começasse a projetar e pôr em prática a imigração de mão de obra europeia e asiática.

Albuquerque e Fraga Filho (2006), ressaltam que, políticos das regiões cafeeiras movimentaram-se a fim de impedir qualquer medida legal que levasse a abolição imediata da escravidão, alegando que esse ato provocaria uma crise econômica, pois a grande lavoura não suportaria o impacto da perda da mão de obra escrava. Por fim, após muitas medidas que protegeram a libertação dos escravos -como as Leis do Ventre Livre e do Sexagenário- em 13 de maio de 1888, a princesa regente, Isabel, promulgou a Lei que extinguiu a escravidão no Brasil.

Com apenas dois artigos, a Lei Áurea pôs fim a uma instituição que durou mais de três séculos e não cogitou qualquer forma de reparação aos ex-escravos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Segundo Valente (1994), o que se chamou de “libertação” dos escravos, gerou uma massa de negros que perambulavam pelas fazendas e cidades a procura de emprego, e quando conseguiam trabalho nessas fazendas, não recebiam como os imigrantes, pois segundo os senhores, eles não tinham a capacidade de aprender as novas técnicas. O negro persistiu sendo subjugado, sob as justificativas provindas de um preconceito que já estava a essa altura arraigado no Brasil: eram pagãos, não tinham modos, eram promíscuos, rebeldes e preguiçosos. Esses foram os argumentos usados pelos senhores para não concederem trabalho aos negros em suas fazendas (VALENTE, 1994).

Assim, os negros continuaram vivendo a margem da economia brasileira, Carneiro (1995), resalta que, entregues à fome e a miséria muitos se entregaram ao alcoolismo, ao crime e até mesmo a loucura. As condições insalubres em que viviam e os maus tratamentos a que eram submetidos, ocasionaram manifestações de doença e surtos de insanidade.

Segundo Schawarcz (2012), a ideia de que no Brasil o fim da escravidão se deu de forma pacífica; diferente de outros países como África do Sul e Estados Unidos, onde claramente, estabeleceram-se categorias de segregação pautadas em ideologias raciais, como o Apartheid e Jim Crow, respectivamente; contribuiu para o ideal de uma democracia racial, onde não há tratamentos diferentes. No entanto, tendo em vista a barbárie da escravidão, não há como negar que houve no Brasil uma segregação social. A forma como os negros foram tratados; sendo negados a eles seus direitos humanos mais básicos, gerou consequências que se estenderam para além da escravidão, fazendo com que seus descendentes também viessem a sofrer discriminação e preconceito.

### 3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA A LUZ DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A categoria identidade pode ser entendida na perspectiva interacionista como o resultado de relações culturais e sociais. Ou seja, a formação da identidade apresenta a concepção de interação do indivíduo (eu) e a sociedade. “O sujeito [...] tem núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que os mundos oferecem” (HALL, 2011, p. 11-12).

Na abordagem sócio-histórica, o conceito de identidade muitas vezes se confunde com os conceitos de subjetividade, personalidade e individualidade. Categorias que constituem a consciência que é o objeto de estudo dessa abordagem, e que dizem respeito ao indivíduo, ao psiquismo ou a sua formação. Ou seja, dizem respeito a algo que é interno e possui uma relação dialética com a objetividade que é externa. Portanto, essas categorias são compreendidas como processos e resultados que constituem a singularidade de cada pessoa (SILVA, 2009).

Ferreira e Pinto (2014) destacam que identidade é uma questão política. Uma produção coletiva que permite que o ser humano venha a ser por meio da transformação da realidade e das condições que lhe são oferecidas, fazendo surgir o verdadeiro sujeito humano. Portanto, discutir identidade é discutir transformação, uma vez que essa categoria não é vista como algo estático, definido, mas sim, como aquilo que está sendo. Assim, os autores demonstram comunhão com a tese de Ciampa (1987) de que, identidade é metamorfose, um processo de constituição do eu que está em constante transformação, e se apresenta como resultado da relação entre a história de vida do indivíduo e seu contexto social, ou seja, é formada pelos diversos grupos sociais os quais o indivíduo faz parte durante toda sua vida. Mas não somente, para o autor, identidade é um conjunto de elementos biológicos, psicológicos e sociais envolvidos. Portanto, compreender a categoria identidade, é compreender como o sujeito se constitui, como ele se considera e sua maneira de existir.

Castell (1999) destaca que, embora as identidades sejam formadas por meio das relações sociais, elas somente se assumem como tal a partir do momento em que são internalizadas pelos indivíduos. Processo que o autor denomina como auto identificação. Para o autor o significado que emerge de uma identidade se organiza em uma identidade primeira, que é a base de sustentação para as outras identidades. A construção da identidade faz uso da matéria-prima fornecida pelo mundo através da história, geografia, biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, aparatos de poder e revelações religiosas (CASTELL, 1999).

Desse modo o autor destaca três tipos de identidades formadas coletivamente: a identidade legitimadora, que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade para racionalizar sua dominação; a identidade de resistência, que é criada por atores sociais que se encontram em situações desvalorizadas e estigmatizadas e possuem princípios diferentes e opostos aos das instituições sociais; a identidade de projeto, que é criada por atores sociais que usam de qualquer material cultural para criar uma nova identidade que redefina sua posição na sociedade (CASTELL, 1999). Pode-se compreender então que, o sujeito é visto como um ser ativo e participante de uma produção coletiva de significados. Ele é co-criador, que junto a outros criadores, geram personagens que se constroem em um processo simultâneo à construção de um universo de significados (CIAMPA, 1987).

A partir da visão sócio-histórica-cultural sobre a construção da identidade, encontra-se subsídio para compreender a questão da identidade étnico-racial negra. Barth (1998); citado por; Luvizotto, (2009), diz que identidade étnica é uma forma de organização social, que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e sociedades mais amplas. É importante destacar que muitas vezes o conceito etnia é confundido com o conceito de raça, Lima (2008) diferencia esses dois conceitos ressaltando que, raça está ligada a uma convicção biológica de diferenciação dos seres humanos, atribuindo superioridade a uns e inferioridade a outros. Já o conceito de etnia está ligado à cultura e a perspectiva histórica-política-cultural, que é “fundamentada na ideia de território como elemento agregador de significado político” (LIMA, 2008, p.33). A autora destaca que este enfoque é fundamentado na ideia de afro descendência como conjunto de referências sócio históricas e culturais, que remetem às matrizes africanas (GOLÇALVES et al. apud LIMA, 2008).

Júlio (2010) considera que identidade étnica pode ser descrita como movimento em prol da construção da identidade da pessoa negra sendo essa um “empreendimento identitário” (JÚLIO, 2010, p.78), que é necessário para o fortalecimento do coletivo negro. É importante destacar no processo de formação da identidade étnica negra a questão da diferenciação. Ciampa (2012) ressalta que a diferença é a primeira noção de identidade. “Sucessivamente, vamos nos diferenciando e igualando conforme os vários grupos sociais de que fazemos parte” (CIAMPA, 2012, p. 63). Segundo Silva (2000) a diferenciação faz parte de uma cadeia de declarações que são muitas vezes ocultas e que tendem a negar outras identidades, ou seja, dizer que se é negro é afirmar que não se é branco. Desse modo, identidade e diferença tornam-se interdependentes.

O discurso da diferenciação traz uma série de processos que marcam a presença do poder, como: excluir/ incluir; demarcar fronteiras; classificar como bons e maus; puros e im-

puros; desenvolvidos e primitivos; racionais e irracionais; normais e anormais (SILVA, 2000). Pessoas que pertencem a uma determinada etnia, nacionalidade, religião, nacionalidade, não são naturalmente ou inevitavelmente diferentes, é a cultura quem dita a diferença antes mesmo de se tornarem. É o processo social quem demarca os grupos conforme a identificação. Portanto, a demarcação de grupos como minorias é fruto de um processo social e de uma diferenciação política (ROSE, 1972 apud SCOTT 2005).

Scott (2005) salienta que os fenômenos que determinam o que são minorias, ocorrem com base em atribuições do status de minoria às características pertencentes a um determinado grupo, como se tal característica fosse justificativa para um tratamento desigual.

É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge (SCOTT, 2005, p. 18).

Através do que é suposto pela teoria sobre a relação entre diferença e identidade, é permitido pensar as representações étnico-raciais no Brasil como expressão de identidades e diferenças, marcadas diretamente pela influência do discurso e do poder. O binarismo identitário expresso na sociedade brasileira concede uma ideia sobre a identidade negra e outra sobre a identidade branca, que se baseiam em estereótipos negativos relacionados ao primeiro e positivos relacionados ao segundo.

Fernandes e Souza (2016), dizem que no Brasil, as representações sociais que prevalecem são construídas a partir de um discurso hegemônico, que representa um grupo social em detrimento dos outros. As autoras destacam que essas representações foram construídas sob a visão eurocêntrica que estabeleceu uma norma padrão de homem, branco, heterossexual e cristão, e os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes e excluídos socialmente.

A representação social do negro construída durante o período colonial o encaixa em estereótipos de desonesto, preguiçoso, místico e exótico (PEREIRA, 2001). Além disso, os estupros praticados pelos senhores de engenho, contribuíram para a ideia de que as mulheres negras são hiperssexualizadas e copulavam com seus senhores por prazer, como aponta Carneiro (1995). Os senhores atribuíam às mulheres escravizadas a culpa por essas relações, dizendo que elas naturalmente não tinham caráter. As relações sexuais forçadas entre escravos também contribuíram para fortalecer a ideia de animalidade e promiscuidade das pessoas negras (VALENTE, 1994). Tal visão negativou a identidade do negro, pois o reduziu a essas caracte-

rísticas, excluindo assim, sua humanidade. Dessa forma, como expressa Pereira (2001), a visibilidade do negro foi construída como signo de uma diferença negativa que interfere nas relações intersubjetivas.

Reis (2000), destaca que a marginalização do negro causou um impacto em sua autoestima, tal impacto resultou na internalização de um ideal de branqueamento para se assemelhar ao branco, e conseqüentemente, se distanciar de sua cor, transformando o grupo negro de origem em uma referência negativa. Assim, o negro se tornou mulato, café com leite, negro claro.... Dando um passo à frente na hierarquia racial e, dessa forma, tornando-se humano não por afirmar sua identidade como tal, mas sim por se aproximar da branquitude.

Esse autor aponta a auto declaração como um fator importante para compreender a problemática racial no Brasil. Segundo Reis a Amostra Nacional por Domicílio de 1990, já mostrava que a cor no Brasil estava mudando, dados daquela época apontavam que a população branca e negra estava diminuindo e a parda aumentando. A ideologia do branqueamento fez com que as pessoas negras se afastassem de diversas formas suas origens africanas, camuflando sua cor ao fazer uso de 136 expressões para se autodeclarar nos anos de 1980. Tais expressões negavam o terno negro e ressaltava a mistura de raças existentes no Brasil. Termos como: *branca suja, morena parda, galega, morena branqueada, burro quando foge, cabocla, cor-de-ouro, cor-de-rosa, morena bem chegada, canela, mista, morena clara, morena escura, mulatinha* etc. eram comumente utilizados.

Pereira (2001) destaca a contribuição do negro para a manutenção do processo que o torna invisível. Para o autor, a condição de vida da maior parte dos negros no Brasil, que se encontram nas periferias das grandes cidades, deveria servir para a tomada de consciência do processo cruel desenvolvido pela sociedade, quando esta coloca à margem de seu plano arquitetônico os indivíduos considerados diferentes do modelo de indivíduo que a mesma privilegia. No entanto, os lugares onde se encontram os negros são marcados por preconceito e estereótipos que foram internalizados pelos indivíduos da sociedade.

A fixação dos valores decorre, pois, do esforço das imagens ditadas pelo senso comum e da elaboração de mecanismos que possibilitam ao indivíduo responder ao impulso de sobrevivência e à aprendizagem de estratégias que possibilitam a ele viver numa sociedade que o exclui (PEREIRA, 2005, p. 19).

Para Pereira (2001) a necessidade de expurgar de si a imagem que o faz visível como diferença ameaçadora impõe a alienação de si mesmo e camufla uma ideia sobre seu corpo significada sempre por excesso de características negativas. Assujeitando-se aos mecanismos de adaptação e de controle, o negro procura alcançar uma imagem para o seu corpo, ilusória,

mas capaz de conviver, com perdas e danos, com o regime de falsa tolerância característico da cultura brasileira.

#### 4 AS PRÁTICAS AFIRMATIVAS DE IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

Já foi citado neste artigo que a identidade étnica-racial, nada mais é que o sentimento de pertencimento a uma etnia que se dá pela conscientização por parte do indivíduo de sua história de vida, da história de seus antepassados e de sua herança africana (JÚLIO, 2010). Ou seja, o reconhecimento de si é a porta de entrada para assumir uma identidade. Ocorre que para o negro no Brasil, o auto reconhecimento e a construção de sua identidade, tornaram-se um processo dissimulatório, visto que, viver em um país onde há constantemente desvalorização da pessoa negra e da cultura afro-brasileira, fez com que muitos negros subjetivassem a visão dominante branca e assumissem estereótipos de branquitude, ocorrendo então uma subjugação do passado africano (FERREIRA; PINTO, 2014). Mas como subverter tal situação? Considerando que esse processo [de branqueamento] foi plantado no Brasil no período colonial criando raízes que duram até os dias de hoje. Os autores Ferreira e Pinto (2014) apontam a socialização primária como aspecto importante na construção da identidade negra.

Em que pese a necessidade dessas primeiras identificações, por sua oferta de referências sociais e históricas preexistentes aos sujeitos e básicos para o estabelecimento de vínculos, não podemos deixar de observar que são elas, também, que, primeiramente, trarão a identidade como um dado, descaracterizando sua lógica de processo” (FERREIRA; PINTO, 2014 p. 263).

Ao pensar a socialização primária no âmbito familiar, deve-se ter conta que, se os pais e familiares tiverem internalizado ideias negativas sobre ser negro, correm o risco de transmitirem essas ideias aos filhos, contribuindo assim, para a permanência do estereótipo e do preconceito. Ferreira e Pinto (2014), ressaltam que a criança negra se apropria dos valores negativos passados pela família e os toma como verdadeiros. Isso faz com que ela não questione durante sua vida as representações que lhes são atribuídas, e assim, reproduza esses valores negativos em seus relacionamentos.

Outra instituição importante capaz de influenciar na construção da identidade negra afirmativa é a escola. Gomes (2002) considera que a instituição escolar não é um ambiente onde se aprende e se compartilha somente conteúdos acadêmicos, mas também crenças, valores, hábitos, preconceitos raciais, de gênero, de classe e idade. A autora também aponta como um dado importante, resultante de sua pesquisa “Corpo e cabelo como ícones de construção

da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte” (GOMES, 2002), que as pessoas entrevistadas, em sua maioria, mulheres, com idades de 20 a 60 anos, ressaltaram a experiência escolar como importante no processo de construção da identidade negra, e como essa instituição tende a reforçar os estereótipos e representações negativas acerca da estética da pessoa negra. Ou seja, a escola tem uma contribuição importante no processo identitário daqueles que passam por ela, contribuindo dessa forma, não só com a construção da autoestima, mas também podendo ser usada como um componente na manutenção ou na luta contra o racismo. Por isso, a importância em se pensar em um currículo que abrange o multiculturalismo brasileiro, pensando nas relações raciais e de gênero.

Rodrigues et. Al (2016), ressalta que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com base na Lei nº 10.639/03, prevê que o currículo escolar deve favorecer experiências que possibilitam a articulação entre os saberes das crianças e os conhecimentos históricos do patrimônio cultural, artístico, ambiental e científico. Esse conhecimento deve propiciar:

[...] – a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América; – o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação [...]. (DCNEIs, 2013, p. 98).

Essa lei prevê também, o dever de as escolas explorarem na matéria de ensino religioso, as religiões de matriz africana. Considera-se a religião como uma das expressões da diversidade cultural brasileira, portanto, quando o professor de Ensino Religioso propõe-se a trabalhar os conteúdos relacionados às Religiões de Matriz Africana, ele permite aos alunos compreender as várias manifestações religiosas no contexto escolar, o que tende a despertar sentimentos de tolerância e respeito com o diferente, além do “compromisso político com a equidade social no Brasil” (BOBSIN; CUSTÓDIO, 2016, p. 143).

É importante ressaltar o papel das religiões de matriz africana como parte integrante do movimento negro. Oliveira (2014) mostra que é possível notar a entrada coletiva dessas religiões na cena pública e a vinculação dessas com as questões identitárias da população negra, pois a emergência de uma identidade afro-brasileira passa pelo resgate da herança africana diferenciando-a da sociedade ocidental moderna, ou seja, a afirmação da negritude implica na valorização de tudo aquilo que diz respeito à África. O autor ainda afirma que a África buscada pelos ativistas negros brasileiros não é a África contemporânea ocidentalizada onde se encontra religiões universalistas, mas sim, aquela das religiões animistas tradicionais, con-

sideradas as mais puras, pois remetem ao tempo anterior a colonização. Nesse ponto as religiões de matriz africana, as chamadas religiões afro-brasileiras, como o candomblé e umbanda, são encaradas pelos movimentos sociais negros, como um elemento indispensável na afirmação da identidade negra africana. Pois é nas religiões africanas que muitos ativistas acreditam encontrar a África preservada pela diáspora. Portanto é bastante caro ao processo de consolidação de uma identidade social e cultural para o negro no Brasil, que a pertença ou proximidade das religiões afro-brasileiras seja considerada parte constitutiva do “ser negro” (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

É devido a essa relação entre identidade e religião, que os movimentos negros começaram a incluir em suas agendas demandas de políticas públicas direcionadas a esse setor, como proteção e promoção das religiões de matriz africana. A agenda contempla o reconhecimento e igualdade de tratamento em relação às outras religiões, bem como a defesa contra a difamação e promoção de guerra santa praticada por alguns protestantes. E outras mais específicas, como o reconhecimento dos terreiros e roças como igrejas, direitos a aposentadoria para os sacerdotes/sacerdotisas e isenção da taxa de IPTU (OLIVEIRA, 2014).

A Lei 10.639/03 também institui o dia 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência negra, a data se refere ao dia em que o Líder quilombola, Zumbi dos Palmares foi morto. O reconhecimento dessa data é muito importante para a história do negro no Brasil, pois a resistência das pessoas que foram escravizadas no período colonial. Segundo Marquese (2007), o conflito dos Palmares foi um dos episódios de resistência mais notáveis da história da escravidão.

Além da organização das comunidades quilombolas, é possível notar várias outras formas de organização que podem ser consideradas como formas de resistência, a partir do momento que serviram para afirmar a identidade étnica e fizeram com que o negro estivesse presente no processo de abolição da escravidão (ALBURQUEQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Resgatar a história da resistência dos escravos durante o período colonial, além de ajudar a compreender a história do negro no Brasil, é importante também para compreender o movimento negro contemporâneo, que segundo Pereira (2010), veio se consolidar na década de 1970. No entanto acredita-se que, esse processo de conscientização das diferenças e a busca por direitos teve início bem antes; ainda no período da escravatura, com os negros e as negras que lutaram para se afirmarem e garantirem seus direitos. Portanto, é possível afirmar que o movimento negro no Brasil surgiu quando os primeiros seres humanos escravizados na África chegaram à costa brasileira, pois desde então não param de lutar (PEREIRA, 2010).

Domingues (2007) afirma que para o movimento negro, a identidade racial, não é só um elemento de mobilização, mas também das mediações e das reivindicações políticas.

Todas as ações de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros[...]. Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protestos anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e folclóricos.[...] constitui o movimento negro. (SANTOS apud PEREIRA, 2010, p. 82).

Os movimentos negros surgidos no século XX também partiram dessa premissa de afirmação de uma identidade negra. Segundo Pereira (2010), a Frente Negra Brasileira criada em São Paulo, no ano de 1931 foi uma resposta ao mito da democracia racial, e realizou os primeiros estudos científicos sociais para denunciar a posição do negro na sociedade paulista da época. Já a década de 1970, mais especificamente o ano de 1978, foi um grande marco na história do movimento negro, pois nessa época, também em São Paulo, surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), lançado em 7 de julho, com uma carta aberta a população em protesto contra a morte de um operário negro em São Paulo. Em 1979 esse movimento passou a chamar Movimento Negro Unificado (MNU), e se tornou uma entidade presente nos dias de hoje, com representações em vários estados do país. Segundo Pereira (2010), a criação do MNU parece ter sido a responsável pela noção atual que se tem de movimento negro, dado que influenciou muitos dos movimentos que surgiram depois dele.

Atualmente, identifica-se o movimento social negro em vários os âmbitos da sociedade, e todos com o objetivo de afirmar a identidade negra positiva, denunciar às violências e discriminações direcionadas a comunidade negra no Brasil e, também o empoderamento da mulher e do jovem negro.

Na cidade de Belo Horizonte pode-se identificar alguns desses movimentos. As primeiras entidades a surgirem foram as socioculturais, como a Associação José do Patrocínio, que é a mais antiga entidade da comunidade negra de Belo Horizonte, e que nos anos 80 passou a se chamar Centro de Interação Sócio Cultural da Raça Negra (CISCURNE); a associação Mineira das Escolas de Samba e Blocos Caricatos (AMESBEC); também os inúmeros grupos de capoeira e os grupos que integram jovens da periferia ao movimento hip-hop. Também surgiram as organizações políticas como a (MNU), institutos acadêmicos de estudos como o Centro de Estudo Afro-Brasileiro da FAFICH/UFMG, e recentemente, o grupo interdisciplinar de Estudos Afro-Brasileiros da UFMG. Também é possível identificar organizações voltadas para mulheres negras, os chamados Coletivos de Mulheres Negras, como

N'zinga; a Associação Nacional Casa Dandara. Também o Centro Nacional de Articulação e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB) e grupos relacionados a igreja católica como os Agentes Pastorais Negros; o grupo de União e Consciência Negra (GROUCON); coletivos de sindicalistas negros, universitários negros de combate ao racismo, vinculados aos partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrata Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), dentre outros (BARBOSA, 2014).

Tanto os movimentos de resistência e afirmação da identidade negra dos escravos, quanto os contemporâneos, também têm como o objetivo de estabelecer uma mudança no pensamento social sobre a supremacia de uma raça branca. E é possível afirmar que certas mudanças estão ocorrendo, como a política de cotas para negros nos vários setores da sociedade. Para Gomes (2001) dos deveres das cotas estão presentes a contribuição para eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado, que tendem a perpetuar e se revelar no racismo estruturado; implantar a diversidade e representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar personalidades emblemáticas para que sirvam de exemplo para as gerações mais jovens mostrando que elas podem investir na educação pois terão oportunidade.

Dessa forma, pode-se perceber nos últimos anos, que a representação social do negro, aos poucos, vai se firmando de forma positiva. É importante, portanto, ressaltar o papel das ações afirmativas para tal mudança. A luta que o povo negro empreendeu durante anos deve ser reconhecida como fator principal para o reconhecimento de sua dignidade.

## 5 CONCLUSÃO

O texto apresentou aspectos históricos e sociais da formação da identidade negra, analisando como o racismo estrutural que se desenvolveu no Brasil desde a colonização do país, atingiu durante anos o processo de formação de identidade de muitos negros e negras no Brasil. Os pressupostos teóricos que serviram de base para o trabalho foram a psicologia social e a abordagem sócio histórica, pois ambas compreendem a formação da identidade do sujeito como o resultado de uma troca entre seu mundo interior subjetivo com o meio social e cultural em que está inserido. A pesquisa demonstrou que a escravidão no Brasil não deixou somente a desigualdade social como herança, mas também, uma identidade construída pela negação: o racismo estrutural durante muitos anos fez com que negros e negras negassem suas raízes africanas e subjetivassem um ideal de branqueamento que refletido pelo discurso da democracia racial.

A afirmação da identidade negra positiva é um movimento que vai à contramão da negação e parte de uma conscientização sobre a existência do racismo e da desigualdade social. As práticas afirmativas de identidade negra estão se fortalecendo no Brasil, segundo dados de pesquisas recentes, o percentual da população que se autodeclara negra é maior se comparado a de anos anteriores. Pode-se afirmar então que, a identidade afirmativa do negro está em transformação, a conscientização está roborando e junto a isso, muitas outras conquistas vêm sendo alcançadas. No entanto, é impossível afirmar que essas conquistas não consolidam a condição do negro no Brasil, ainda há muito a ser feito para se alcançar um estado ideal onde nenhum ser humano seja reduzido e discriminado por sua cor de sua pele e por sua cultura e/ou prática religiosa. A discussão sobre racismo e identidade na academia é de extrema importância, considerando que ser psicólogo também é uma ação política, portanto a formação e atuação do profissional deve ser pensada como um instrumento de transformador da sociedade. Para isso, é importante considerar produções acadêmicas que visam a discussão do tema e que despertam o senso crítico auxiliando no aperfeiçoamento da escuta diferenciada no acolhimento daqueles que sofrem, trabalhando no empoderamento do negro frente à sociedade e na desconstrução do racismo estrutural.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUEQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Brasil**. Brasília. Fundação Cultura dos Palmares, 2006.

BARBOSA, Pedro. **O Movimento Negro Mineiro e a esfera pública: desafios e perspectiva para um Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-Faculdade de Ciências e Letras- Araguaia, SP- 2014. Disponível <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115708>>. Acesso em 30 de abr de 2017.

BOBSIN, Oneide; CUSTÓDIO, Serrão Elivaldo. **Ensino Religioso e Relações Étnico raciais: Reflexões sobre o Currículo Escolar e a Implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Pública Estadual no Amapá**. Rio Grande do Sul, 2016. Retirado de <<http://www.emhe8.ufma.br/trab.aprovados.pdf>> Acesso em 02 de abr de 2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. CNE/MEC. Art. 8º; paragrafo 1º- XIII, IX. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.

CARNEIRO, Maria Luizan Tucci. Construindo o mito. In: **O racismo na História do Brasil**. 2 ed. São Paulo, ed Ática S.A, 1995.p.9-18.

- CARNEIRO, Sueli. **Gênero Raça e Ascensão Social**. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544, 1995. Disponível em <https://search.proquest.com/openview/8b7fd45fe00d3f39ed22a830e4ebeb07/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2036510>. Acesso em 30 de março de 2018.
- CASTELL, Manuel; GERHARDT, KlaussBrandini (Trad.). **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **As Categorias Fundamentais da Psicologia Social**. In: Psicologia Social: O homem em movimento 14º ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp.58-75.
- DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Espaço Aberto. Programa de História. Universidade do oeste do Paraná- Universidade de São Paulo. Maio /Jun /Jul /Ago 2005[online]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13>> acesso em 20 de ago de 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **TEMPO online**. vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704- 2007 Niterói, RJ. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=966>> Acesso em 12 de mar. 2017.
- FERNANDES, Viviane Barbosa e SOUZA, Maria Cecilia C. C. de. **Identidade negra: entre exclusão e liberdade**. Universidade de São Paulo. USP São Paulo/SP, 2016. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>> acesso em 18 de jan de 2017.
- FERREIRA, Ricardo Franklin Ferreira; PINTO, Marcia Cristina Costa. **Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. Pesquisa e Prática Psicossociais**, São João Del Rei, 2014.
- FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. Psicologia Ciência e Profissão**, 2011. Universidade Federal do Maranhão.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **Os antigos habitantes do Brasil**. Unesp, 2000. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>> Acesso em 24 de jun. de 2017.
- GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisa. In: **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed Atlas. 5ª Ed. São Paulo, 2010. P.25-44.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa; SILVA, Fernando D. L. L. da. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. In: Seminário Internacional as minorias e o direito – 2001: Brasília. Disponível em <http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>. Acesso em 30 de abr. de 2017.
- GOMES, Nilma L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista brasileira de Educação**, n. 21, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>>. Acesso em 04 de abr de 2018.

HALL, Stuart; SILVA Tadeu T. S; LOURO, Guacira L. (Trad.); **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 11<sup>o</sup> ed. D P e A editora, Rio de Janeiro, 2011.

JÚLIO, Ana Lucia dos Santos. **Sobre o sentimento de pertença: um passeio pela negra identidade**. Revista Identidade, São Leopoldo, RS v. 15, n. 2, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/78>>. Acesso em 18 de fev. de 2017.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico metodológica. **Revista Fórum Identidade**, ano 2, v. 3, p. 33-46, Itabaiana/ SE- 2008. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/LIMA-MariaBatista>>. Acesso em 08 de março de 2017.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus, **Étnicidade e identidade étnica**. Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 93 Disponível em <<http://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>>. Acesso em 18 de mar de 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos estudos-CEBRAP, n. 74, p. 107-123, 2006. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em 12 de abr. de 2017.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Brasil o que é afinal? África, o berço de diversas civilizações**. In: O Negro no Brasil de Hoje. Cap. 1, 2 São Paulo, editora Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Orgs). **Psicologia Social do Racismo: Estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Ed Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.

OLIVEIRA, Rosalira dos S. **Religiões afro-brasileiras e identidade negra: construindo a etnicidade**. (2014). Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT21/GT21\\_dosSantosOliveira.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT21/GT21_dosSantosOliveira.pdf)>. Acesso em 04 de mar de 2017.

PEREIRA, Amilcar, Araújo, **O Mundo Negro: A formação do Movimento Negro Contemporâneo**. Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ- Março de 2010. Disponível <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>> Acesso em 12 de mar de 2017.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUC MINAS, 2001.

PINTO, MÁRCIA Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, julho/dezembro. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspec-**

tivas latino americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 117- 142. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em 28 de março de 2018.

RANGEL, Pollyanna Soares. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. **Revista Simbiótica Razão e Sensibilidade**, v. 2, n. 1, jun., 2015. Disponível: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/10324>>. Acesso 10 de nov. 2016.

REIS, José Tiago Filho; **Ninguém Atravessa o arco-íris: um estudo sobre os negros** – São Paulo, Ed. Annablume: 2000.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a09v15n1>>. Acesso em 30 de março de 2018.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; OLIVEIRA, Fabiana Luci; da Silva Santos, SILVA Fernanda Vieira da. Desafios da implementação da Lei nº 10.639/03: um estudo de caso de municípios do Estado de São Paulo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 21, n. 3, 2016.

ROSSI, Marina. Mais brasileiros se declaram negros e pardos e reduzem número de brancos. **El País**. São Paulo-16 de Nov de 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643\\_374264.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643_374264.html)>. Acesso em 15 de set de 2016.

SCHADEN, Egon. O estudo do índio Brasileiro ontem e hoje. São Paulo, **Revista de História**, 1952. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria>> Acesso em 13 de nov. de 2016.

SCHAWARC, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo. Ed Schwarcz, 2012.

SCOTT, Joan W.; O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, p. 11-30, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2018.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepção a partir da psicologia histórico-cultural**. Psic. Da Ed. São Paulo, 2, 1º sem. De 2009, pp. 169-195.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102. Disponível em: <[http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a\\_producao\\_social\\_da.htm](http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a_producao_social_da.htm)>. Acesso em 02 de março de 2017

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Ser negro no Brasil hoje**. Editora Moderna, 1994.